



Relatório de avaliação do passivo judicial – 2024/2025

Trata-se de relatório de avaliação e uma projeção estimativa do eventual passivo judicial, elaborado a pedido dos dirigentes do CaraguaPrev, versando sobre o acompanhamento e atuação desta procuradoria jurídica nas demandas relativas aos benefícios de toda espécie do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba no ano de 2024, com possível repercussão em 2025.

A relação dos beneficiários com a previdência municipal, não raras vezes, é objeto de demandas judiciais, cujo resultado pode gerar passivo a ser pago pelo ente público. Diante dessa possibilidade, o gestor do plano terá de contingenciar o valor esperado da demanda e terá menos recursos para investir, podendo afetar as finanças do regime próprio previdenciário. O passivo judicial representa o somatório dos valores decorrentes de questões previdenciárias, administrativas e de investimentos oriundas de interpretações divergentes e que, oportunamente, será objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, podendo ou não gerar desembolso pela entidade. Dessa forma, é imperioso haver informação acerca das perspectivas da entidade em relação aos riscos de desembolsos futuros devido aos resultados das demandas judiciais movidas contra o CaraguaPrev, para que haja um planejamento adequado frente a esses eventos que é próprio da natureza humana.

Ressalta-se que decisões judiciais de toda ordem e jurisprudências das Instâncias Superiores podem afetar diretamente o resultado e valores indicados na presente planilha, sendo referidos valores e avaliação sujeita a constante atualização de acordo com os resultados das demandas judiciais.

Processo nº	Natureza da Causa	Andamento	Valor da causa
1006331-93.2020.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Processo encaminhado para o STJ	R\$ 63.823,81
0001049-23.2022.8.26.0126	Cumprimento de sentença - cobrança diferenças	Acórdão publicado. Ação improcedente	R\$ 96.684,86
1005680-27.2021.8.26.0126	Concessão de pensão por morte	Ofício requisitório expedido pelo TJSP	R\$ 109.859,01
1001405-64.2023.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Recurso provido. Ação improcedente	R\$ 71.955,18
1001418-63.2023.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Recurso negado. Ação procedente	R\$ 69.258,64
0001284-53.2023.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Ofício n. 027740/2024 – Precatório expedido	R\$ 59.299,94
1003527-65.2014.8.26.0126	Aposentadoria por invalidez	Recurso provido. Ação improcedente	R\$ 69.530,24
1004904-61.2020.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Recurso negado. Ação Improcedente.	R\$ 60.857,28
1006335-33.2020.8.26.0126	Benefício Previdenciário	Recurso provido. ação procedente.	R\$ 102.082,17
0001281-35.2022.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Ofício n. 027735/2024. Precatório expedido	R\$ 47.371,76
0002384-48.2020.8.26.0126	Cobrança de Valores	Ofício n. 074527/2024- Precatório expedido	R\$ 121.310,59



1000929-94.2021.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Aguardando homologação de cálculo	R\$ 68.967,03
1001039-93.2021.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Aguardando início do cumprimento de sentença	R\$ 68.203,65
1002526-98.2021.8.26.0126	Concessão de benefício - pensão por morte	Acórdão publicado. Ação improcedente.	R\$ 265.286,54
1000372-73.2022.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Acórdão pública Ação procedente	R\$ 111.009,82
1004670-11.2022.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Ofício n. 074535/2024 – Precatório emitido	R\$ 40.652,37
1004671-93.2022.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Aguardando precatório	R\$ 68.378,77
1003095-65.2022.8.26.0126	Revisão de benefício previdenciário	Ofício n. 018428/2024 Precatório emitido	R\$ 32.619,26
1002820-19.2022.8.26.0126	Apuração de haveres	Aguardando sentença	R\$ 100.000,00
0003017-88.2022.8.26.0126	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	Aguardando precatório	R\$ 90.912,48
0005194-25.2022.8.26.0126	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	Ofício n. 072071/24. Precatório emitido	R\$ 62.375,12
0004325-62.2022.8.26.0126	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	Aguardando homologação de cálculo pericial	R\$ 39.556,32
1006595-18.2017.8.26.0126	Invalidez Permanente	Conclusos para sentença	R\$ 47.181,20
1004412-98.2022.8.26.0126	Obrigação de fazer - revisão de Aposentadoria	Valor homologado. Aguardar precatório	R\$ 52.466,54
1002274-32.2020.8.26.0126	Aposentadoria por invalidez	Acórdão publicado. Ação improcedente	R\$ 16.800,00
1000821-94.2023.8.26.0126	Aposentadoria por Invalidez	Aguardando laudo pericial - IMESC	R\$ 61.512,00

RESUMO

Perda Concretizada:	R\$ 899.013,01
Perda Provável:	R\$ 196.684,86
Perda Remota:	R\$ 531.453,05
Somatório:	R\$ 1.627.150,92

Alexandre Santana de Melo
Procurador Jurídico
OAB/SP 198.605

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10

